

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva. São Paulo: Jurídica brasileira, 2000.

Agencia Eletronica. A RNP e a história da internet brasileira. Disponível em: <<http://www.rnp.br/noticias/imprensa/2002/not-imp-marco2002.html>>. Acesso em: 30 dez 2007.

ALVIM, José Manoel de Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

Assinatura digital. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Assinatura_digital>. Acesso em: 10 jan 2008.

AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ. O que é Certificação digital?. Disponível em: <<http://www.acraiz.gov.br/twiki/pub/Certificacao/CartilhaCd/brochura01.pdf>>. Acesso em 23 nov 2007.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Poderes Intrutórios do juiz. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2006.

BOGO, Kellen Cristina. A história da Internet: como tudo começou. Disponível em: <<http://kplus.cosmo.com.br/matéria.asp?co=11&rv=Vivencia>>. Acesso em 30 dez 2007.

BORGES, Paulo Torminn. Institutos básicos do direito agrário. São Paulo: Saraiva, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2008.

_____. Decreto Lei n.º 4.657, de 04 de setembro de 1942. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Decreto n.º 3.505, de 13 de junho de 2000. Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3505.htm>. Acesso em 01 abr 2008.

_____. Decreto n.º 3.587, de 05 de setembro de 2000. Estabelece normas para a Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Poder Executivo Federal - ICP-Gov, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3587.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Decreto n.º 3.872, de 18 de julho de 2001. Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, sua Secretaria-Executiva, sua Comissão Técnica Executiva e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3872.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Decreto n.º 3.996, de 31 de outubro de 2001. Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3996.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Lei n.º 11.341, de 7 de agosto de 2006. Altera o parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil - Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, para admitir as decisões disponíveis em mídia eletrônica, inclusive na Internet, entre as suscetíveis de prova de divergência jurisprudencial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11341.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Lei n.º 3.071, de 1 de janeiro de 1916. Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

_____. Lei n.º 9.800, de 26 de maio de 1999. Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9800.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.”

_____. Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 01 abr 2008.

Breve história da internet. Disponível em: <<http://piano.dsi.uninho.pt/museuv/internet.pt>>. Acesso em: 30 dez 2007.

CARNELUTTI, Francesco. A prova civil: o conceito jurídico da prova. São Paulo: LEUD, 2003.

Certificado digital. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Certificado_digital>. Acesso em: 10 jan 2008.

CHACUR, Raquel Lopes Queiroz. Do princípio dispositivo e a prova: uma nova visão do processo civil. Revista Científica da UNOESTE, 2002. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ch/include/getdoc.php?id=56&article=16&mode=pdf>>. Acesso em: 16/04/2008.

COSTA, Marcos da; MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Direito em bits. São Paulo: Fiúza, 2004.

Criptografia. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Criptografia>>. Acesso em: 10 jan 2008.

DELLEPIANE, Antônio. Teoria da Prova. Campinas: ME editora e distribuidora, 2001.

E-mail. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/E-mail>>. Acesso em: 09 jan 2008.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. Dicionário Brasileiro Globo. São Paulo: Globo, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.

GOÉS, Gisele. Teoria Geral da Prova - apontamentos. Bahia: JusPODIVM, 2005. V. IV.

GRINOVER, Ada Pellegrinni; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2004.

KIM, Joon Ho. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v10n21/20625.pdf>>. Acesso em. 05 mar 2008.

LEINER, Barry M. et. Al. A brief history of the internet. Tradução: AISA. Disponível em: <<http://www.aisa.com.br/historia.html>>. Acesso em: 30 dez 2007.

LOPES, João Batista. A prova no Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MAGALHÃES, F. Dicionário Português-Latim. São Paulo: LESP S/A, 1959.

MARQUES, Antonio Terêncio G. L. A prova documental na internet. Curitiba: Juruá, 2007. 3ª tiragem.

Mensageiro instantâneo. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mensageiro_instant%C3%A2neo>. Acesso em: 09 jan 2008.

MIRANDA, Pontes de. Comentários ao código de processo civil. Rio de Janeiro: Forense:1996.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, v. 21

OLIVEIRA DEDA, Artur Oscar de. A prova no Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEREIRA, José de Lima Ramos. As provas ilícitas e a sua admissibilidade nos processos civil e trabalhista. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Norte. Natal, n.º 4, p.11-50, dez. 2003.

PEREIRA, Marcelo Cardoso. Direito a intimidade na internet. Curitiba: Juruá, 2006, 4ª tiragem

PORTANOVA, Rui. Princípios do processo civil. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2005.

PRIBERAM. Dicionário da língua portuguesa *on line*. Disponível em:
<http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx>. Acesso em: 05 mar 2008.

RAMIREZ, Luciano Henrique Diniz. As provas como instrumentos de efetividade no processo civil. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

SANTOS, Moacyr Amaral. Prova judiciária no cível e comercial. São Paulo: Max Limonad, 1970. v. I.

SAWAYA, Márcia Regina. Dicionário de informática & Internet: inglês/português. São Paulo/SP: Nobel, 1999.

SEREJO, Lourival. As provas ilícitas no Direito de Família. São Paulo: IOB Thomson, 2004.

SILVEIRA, José Roberto da. Brocados latinos: termos jurídicos latim-português. São Paulo: LEUD, 2006.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2001. v. 1

ULBRICH, Henrique Cesar; DELLA VALLE, James. Universidade h4ck3r. São Paulo: Digerrati Books, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Cibernética. Disponível em:

<<http://www.das.ufsc.br/guia/computer/node7.html>>. Acesso em: 05 mar 2008.

Videoconferência. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Videoconferencia>>. Acesso em: 09 jan 2008.

Voz sobre IP. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Voz_sobre_IP>. Acesso em: 09 jan 2008.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, v. I.

World Wide Web. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/World_wide_web> . Acesso em 09 jan 2008.